

# TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - MARÇO - 2008**  
**ANO 14 - NÚMERO 125**



## A presença feminina na Justiça

Representada por uma figura feminina – a deusa Têmis da mitologia grega - a Justiça percorreu um longo caminho até reconhecer o lugar das mulheres em seus altos postos. No mês da mulher, o *TJMG Informativo* faz uma radiografia da participação feminina na Justiça mineira e mostra a trajetória dessas vencedoras que, nos últimos 50 anos, vêm conquistando lugar de destaque no Poder Judiciário.

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA  
Desembargador  
Reynaldo Ximenes  
Página 9

MAGISTRATURA  
Juízes brasileiros têm  
sobrecarga de trabalho  
Página 11

# Mudanças exigem atenção ao essencial

Orlando Carvalho - *presidente*

No último concurso de juizes do TJMG, as mulheres obtiveram um índice recorde de aprovação: 43,75%. Dos 32 aprovados, elas somaram 14, com destaque para o fato de terem conseguido ocupar a primeira e a segunda classificação. Isso torna evidente a ascensão feminina no mercado de trabalho, trazendo novos ares ao Judiciário, ainda integrado, em sua maioria, por homens. Em Minas, na Segunda Instância, são 106 desembargadores e 14 desembargadoras, enquanto, na Primeira Instância, temos 639 juizes e 265 juizas, incluídos os recém-empossados.

A Justiça passa a contar, de forma crescente, com o olhar feminino, o que representa ganhos para a instituição e para a dinâmica do Direito. Diante do princípio - "entre o Direito e a Justiça, deve-se fazer a opção pela Justiça" - a sensibilidade da mulher parece torná-la apta a fazer essa escolha.

A mulher tem-se desdobrado para fazer frente às suas responsabilidades com a família e a profissão. E é imprescindível que o homem, aliviado do papel de provedor exclusivo, passe também a compartilhar as atribuições do lar. Na realidade, essa é uma mudança já percebida em nossa sociedade. O casal tem, cada vez mais, dividido tarefas e, em caso de separação, a guarda compartilhada já demonstra a evolução dos conceitos.

Não se pode perder de vista a importância da família para o desenvolvimento saudável dos filhos. Ainda que o mundo capitalista venha ditando as regras do utilitarismo e individualismo, da supervalorização da produtividade, jamais se pode

relegar ao segundo plano o que é, essencialmente, importante. São valores básicos da existência a humanização, construção de laços de solidariedade e integração social.

Embora o avanço, em termos da liberdade individual, seja positivo, há o risco de perda da capacidade essencial de compartilhar. Não se constrói identidade sem a convivência em grupos, a começar pela família, partindo-se para os outros núcleos de que passamos a fazer parte.

Está também em transformação a concepção de autoridade. Muitos têm denunciado a inversão da autoridade dentro da família, em que as regras vêm sendo ditadas pelos filhos. Considerando-se que estes são ainda imaturos, estão em formação, a situação se torna extremamente delicada, porque eles não têm condições de exercer esse papel.

Uma reflexão interessante sobre as relações familiares pode ser vista no filme brasileiro "A Casa de Alice", dirigido por Chico Teixeira. As pessoas não se relacionam, não há vínculos de afetividade. A norma é "cada um por si".

Por tudo o que foi apontado neste breve editorial, podemos concluir que os últimos tempos são de grande mudança: nas relações de trabalho, com o saudável aumento da participação feminina; nas relações familiares, com a necessidade de compartilhamento crescente das responsabilidades entre homem e mulher; no incremento da liberdade individual, exigindo redefinição de papéis, incluindo o da autoridade. No entanto, não se pode esquecer do que é essencial: a comunhão entre as pessoas, o amor e o afeto.

Guilherme Dardanhan

## Treinamento

Cerca de 240 novos servidores participaram, nos dias 11 e 12 de fevereiro, do Programa Servidor Integrado (Serin). O programa, realizado pela Escola Judicial Edésio Fernandes (EJEF), teve como objetivo promover a integração dos novos servidores com a Instituição e oferecer-lhes treinamento introdutório. Esse foi o primeiro Serin traduzido simultaneamente para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), com o intuito de atender aos servidores portadores de deficiência visual.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes

Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; Secretário Especial da

Presidência: Luiz Carlos Elói; Secretária do

Presidente: Sidneia Simões; Assessora de

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Editora e Jornalista Responsável: Patrícia

Melillo - MG 04592JP; Revisão: Regina

Marinho e Patrícia Melillo; Diagramação:

Úrsula Baião; Arte da capa: Daniel Fantini;

Fotolito e Impressão: Lastró Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.gov.br](mailto:ascom@tjmg.gov.br)

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.gov.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.gov.br).

# Novas tabelas processuais unificam o Judiciário



Os juízes Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior e André Leite Praça, membros do Grupo Gestor das Tabelas Processuais Unificadas no TJMG

Guilherme Dardani

Rachel Barreto

Já estão em fase de teste no TJMG as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário. Elas padronizam classes, assuntos e movimentação na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho e no Superior Tribunal de Justiça. Com seu uso, os processos terão uma única identidade em todas as instâncias, proporcionando melhor gestão na tramitação. A implantação segue a resolução 46 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visa dar mais agilidade ao Poder Judiciário através da otimização do uso da informação processual.

## Linguagem única

Hoje, os dados coletados pelos diversos tribunais são discrepantes. A ausência de um sistema único dificulta a transferência de dados e implica retrabalho, morosidade e aumento de custos. Além disso, os bancos de dados atuais permitem um número limitado de consultas e as buscas são prejudicadas pela falta de padronização. A unificação trará mais rapidez e eficiência à recuperação dos dados.

A implantação viabilizará o controle estatístico nacional, e a produção de relatórios gerenciais padronizados facilitará a criação de políticas nacionais. Num futuro próximo, a troca de dados eletrônicos entre os tribunais também será beneficiada, através da utilização das tabelas pelo Projudi.

## Adaptação às mudanças

De acordo com o juiz André Leite Praça, presidente do Grupo Gestor das Tabelas Processuais Unificadas no TJMG, a implantação afetará os sistemas informatizados, a rotina das secretarias e a própria cultura do Judiciário. “Em Minas, não há ainda a cultura de catalogar os assuntos nos sistemas informatizados. Isso acontece apenas na prática, mas é um trabalho informal”, afirma. O

cadastramento de assuntos permitirá gerenciar melhor o trabalho, pois juízes e desembargadores poderão se dedicar, no mesmo dia, a assuntos correlatos e decidir matérias repetitivas de maneira unificada.

Já as novas tabelas de movimentação só permitem representar o efetivo andamento processual, excluindo registros como “aguarda conclusão” ou “aguarda remessa”. Esse controle mais preciso permitirá detectar as fases onde ocorrem congestionamentos.

Para Valéria Viana, secretária de Padronização e Acompanhamento da Gestão e membro do grupo gestor, as tabelas irão acelerar o trabalho. “Os processos serão cadastrados segundo a forma estabelecida pelo CNJ já na 1ª Instância. Assim, só mudarão de classe no Tribunal, não serão recadastrados como hoje”, explica.

A Resolução 46 dispõe ainda sobre o cadastramento de partes. A unificação do registro, através do cadastro de pessoas físicas ou jurídicas da Receita Federal, visa evitar que a mesma parte receba denominações diferentes devido ao uso de abreviaturas ou a erros de digitação.

## Benefícios para todos

As mudanças vão facilitar não só os trabalhos cotidianos, mas o entendimento e a troca de idéias e experiências. O maior benefício será uma prestação jurisdicional mais célere, com tribunais menos sobrecarregados e melhor gestão.

A adaptação demandará envolvimento de todo o corpo funcional do Tribunal. “Precisamos do empenho e da participação de todos os magistrados e servidores para conseguir cumprir os prazos estipulados pela resolução”, destaca Dilmo de Castro Silva, gerente do Centro de Informações para Gestão Institucional.

O prazo final para a implantação é setembro de 2008, mas o trabalho continuará depois disso, pois a idéia é que as tabelas sejam continuamente aperfeiçoadas.

# Maria da Penha

## dá voz a outras

### mulheres



Letícia Lima

A voz de uma mulher ecoou e, em 2006, sua luta por justiça contra a violência doméstica foi concretizada na Lei 11.340/2006, que visa coibir a violência doméstica. A mulher é Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu agressões por parte do marido. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la: com arma, deixando-a paraplégia, e por eletrocução e afogamento. Em homenagem a ela, a Lei 11.340/2006 foi batizada como Lei Maria da Penha. Dentre outras medidas, a lei introduz a decretação de prisão preventiva do agressor em qualquer fase do inquérito ou da instrução e não permite a aplicação das penas alternativas.

O grito de Maria da Penha, mesmo sendo de dor, fez amplificar, após um ano e meio da entrada em vigor da lei, a voz de muitas outras mulheres. Elas passaram a ter coragem de denunciar os companheiros, que perderam seu significado - deixaram de ser, como afirma o dicionário, "aquele que vela por uma pessoa, trazendo-lhe consolo ou ajuda". O momento, contudo, não é só de comemoração. De acordo com a juíza Moema Balbino, da Vara de Inquéritos de Belo Horizonte, responsável pelos casos relativos à Lei Maria da Penha, chegam à vara cerca de 30 processos diários de medida protetiva com base na lei. Número que ela considera muito alto. Apesar de tudo, a juíza enxerga nisso algo positivo, já que "as mulheres estão tomando a iniciativa de denunciar, mesmo que não seja a primeira vez que tenham sido agredidas".

Para o desembargador Walter Pinto da Rocha, da 4ª Câmara Criminal, "a Lei Maria da Penha foi a grande proposta que se materializou nos últimos tempos, como medida de justiça em defesa da mulher". E acrescenta: "Felizmente o tempo passou, porque ainda há, em outros países, o regime que proíbe a mulher de sair em público com o rosto descoberto".

Dados do Senado Federal em pesquisa realizada em 2005 revelam que quatro em cada 10 mulheres brasileiras afirmam já ter presenciado algum tipo de violência contra outras mulheres.

**D**entre outras medidas, a lei introduz a decretação de prisão preventiva do agressor em qualquer fase do inquérito ou da instrução e não permite a aplicação das penas alternativas

Desses, 80% das violências presenciadas foram físicas. Dados da Organização Mundial de Saúde indicam que quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, seja o atual ou anterior, sendo que essa violência corresponde a aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo.

## Desistência

Menos de 45% de procedimentos entre inquéritos e medidas cautelares resultam em ação penal. O juiz presidente do I Tribunal do Júri, Leopoldo Mameluke, especialista em Direitos Humanos, explica que a mulher tem o instinto materno de proteger os filhos e, depois de superado o problema da agressão, ela procura minimizar o ocorrido e acaba desistindo da representação. Segundo ele, a justificativa é: "Afinal de contas, é o pai dos meus filhos que vai preso". Ele entende que essa não é a melhor solução. "Na prática, a impunidade torna as pessoas mais violentas", comenta. Com relação à violência psicológica, a juíza Moema Balbino acredita que "mais cedo ou mais tarde esta vai se tornar violência física".

O pedido de desistência envolve outras questões sociais. A juíza conta que já houve casos em que mulheres disseram preferir "ter o marido de volta", porque, a partir do momento em ele sai de casa, esta fica mais vulnerável e acabam ocorrendo furtos ou outros tipos de abuso. As desistências ocorrem ainda por haver mais ameaças e a mulher, sentindo medo, termina por não representar contra o marido.

Para poder socorrer melhor essas mulheres, a juíza Moema Balbino diz ser indispensável a implantação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, recomendado por meio de resolução, pelo Conselho Nacional de Justiça, "onde haverá uma equipe multidisciplinar de assistência".

# Editais garantem construção do edifício-sede do TJ

Reinaldo M. Gomes

Uma edificação compatível com o crescimento das demandas do Judiciário mineiro e que atenda adequadamente aos magistrados, servidores e à sociedade. Com base nesses princípios, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) retoma o processo de construção de seu novo edifício-sede.

No dia 11 de fevereiro, foi realizada audiência pública com o objetivo de informar e debater sobre o projeto de execução e o respectivo processo licitatório. Definida como a primeira etapa do certame, a audiência é uma exigência prevista na Lei 8.666/93, em casos de obra com valor acima de R\$ 150 milhões. A futura sede está orçada em R\$ 378 milhões.

Os dois editais iniciais foram publicados no dia 4 de março de 2008. A primeira fase engloba a demolição, terraplanagem e obra de contenção, prevista para ser concluída em oito meses. A fase seguinte inclui projetos executivos, com previsão de seis meses, sendo desenvolvida simultaneamente com a primeira etapa. A abertura dos envelopes será no dia 3 de abril. O terceiro edital, para execução da edificação, só deverá ser publicado após a conclusão dos projetos executivos. Durante a audiência foi entregue um *folder* com explicações sobre os principais questionamentos sobre a obra, que deverá ser concluída em quatro anos.

O primeiro processo de licitação, iniciado em 2007, foi encerrado sem que qualquer das empresas participantes tenha sido habilitada. Nenhuma das concorrentes cumpriu todas as exigências técnicas. Agora, foi mudado o formato da licitação, possibilitando a participação de empresas específicas para cada fase da obra.

## Valor

O presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, esclarece que o valor orçado não é alto, uma vez que edifícios com destinação institucional têm custos

diferenciados, em função da estrutura de instalações elétricas, informática, telefonia, prevenção e combate a incêndio. "Trata-se de uma das obras licitadas em andamento de mais baixo custo", reforçou. Ainda segundo o presidente, o dinheiro da obra não poderia ser usado para outras prioridades, como aumento de varas e comarcas. "As verbas de investimento e pessoal são distintas. Só podemos gerar novos custos com pessoal depois de observar o limite de 6% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal", frisou Orlando Carvalho.

De acordo com o presidente, desde que houve a fusão do TJMG com o extinto Tribunal de Alçada, em 2005, cogitou-se a idéia da construção de uma nova sede, que pudesse abrigar todos os desembargadores. Ele lembra que a estrutura física do Tribunal de Justiça se encontra dispersa em 12 prédios da capital. "Isso traz diversos transtornos ao funcionamento da Instituição e onera o custo operacional", explica.

## Comparativo

As mudanças na realidade do Judiciário ao longo da última década também pesaram na decisão de construir um novo prédio. Em um quadro comparativo, a população do Estado pulou de 16 milhões para 19 milhões de habitantes. Em 1997, somente na 2ª Instância, foram distribuídos 41 mil processos ante 202 mil em 2007, um crescimento de 387%. Na 1ª Instância, o total distribuído subiu de 841 mil para 1,4 milhões de processos no mesmo período, o que representa 73% de aumento. Há 10 anos, as comarcas mineiras abrigavam 486 varas; hoje são 702.

O novo prédio, que será erguido no quarteirão formado pelas ruas Uberaba, Gonçalves Dias, Alvarenga Peixoto e Tenente Brito Melo, no Barro Preto, foi projetado com capacidade para até 170 desembargadores - atualmente, são 120. Serão construídos plenários de julgamento, auditórios de 800, 200 e 100 lugares e estacionamento com 1.580 vagas, ocupando uma área total de 136 mil metros quadrados. A obra fará uso dos mais modernos recursos tecnológicos, como a estrutura de aço, que permite, entre outras vantagens, redução de tempo de execução, além da segurança, economia e aumento do espaço útil, através do uso de vigas de menor altura. O projeto foi elaborado pelos engenheiros e arquitetos da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep) do TJMG.

Guilherme Dardanhan



A diretora Elídia Rocha, o desembargador Osmando Almeida e o assessor Roberto Vasconcellos tiraram dúvidas sobre a obra, durante a audiência pública



# MULHERES conquistam seu lugar na Justiça mineira

**A Justiça não tem gênero. A gente decide com o conhecimento, com a bagagem que tem"**

Renata Ferrer

Quando Raphaela Alves Costa tomou posse no cargo de juíza na comarca de Guia Lopes, em 17 de outubro de 1960, seu sentimento foi um misto de alegria, orgulho e receio. Ela temia não ser aceita, mas resolveu seguir em frente e enfrentar as dificuldades. Assim, como primeira magistrada de Minas Gerais, ajudou a abrir o caminho para centenas de outras mulheres que passaram a integrar o Poder Judiciário estadual desde então.

Raphaela Alves Costa tomou posse numa época em que magistrado era sinônimo de homem. "Foi difícil naquele tempo, demorou um pouco até que todos se acostumassem com a presença de uma mulher juíza", conta a magistrada, que se aposentou em maio de 1998. "Ter sido a primeira foi complicado. Mas ainda assim havia alguns que não demonstravam nenhuma preocupação com o fato de eu ser mulher, e que admiravam meu trabalho. Eu sabia que tinha capacidade e que ninguém podia me fazer desistir", relata.

O desembargador Hélio Costa, superintendente da Memória do Judiciário (Mejud), lembra-se das dificuldades iniciais que a primeira magistrada de Minas enfrentou. "Raphaela era uma juíza de muita capacidade. Recordo que na época houve certa resistência a ela, mas não foi por falta de competência, e sim porque havia pessoas que pensavam que Justiça não era para mulher. Mas ela não se intimidou", narra o desembargador.



Raphaela Alves Costa foi a primeira juíza de Minas Gerais

Se há 50 anos era praticamente impossível imaginar uma mulher como juíza, hoje essa história mudou. Atualmente, existem 261 magistradas no Estado. Ainda assim, o número de homens é bem maior: são 627 juízes. Em relação à 2ª Instância, a discrepância é ainda mais aparente: de 120 desembargadores, apenas 14 são mulheres. No entanto, é inegável que esses números indicam, também, uma tendência de mudança que vem acelerando-se nos últimos anos.

## Realizações históricas

A primeira mulher tomou posse como juíza em Minas Gerais em 1960, mas ainda se passariam 28 anos até que uma magistrada chegasse ao Tribunal de Justiça. O fato histórico foi conquistado por Branca Margarida Pereira Rennó, promovida a desembargadora em 25 de maio de 1988. Ela também chegou a ser diretora do Foro Eleitoral da capital e juíza suplente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, antes de se aposentar, em 2 de novembro de 1988. A desembargadora faleceu em maio de 2006.

De acordo com o desembargador Hélio Costa, Branca Rennó foi "completamente aceita" quando chegou ao TJ. "Suas qualidades eram reconhecidas por todos os outros 43 desembargadores que havia", conta. "Branca era séria e competente, mas também tinha muito bom humor e se relacionava bem com todos", completa o desembargador.

Seguindo os passos de Branca Rennó, a desembargadora Márcia Milanez tornou-se, em 2001, a segunda mulher a atingir o ápice da carreira da magistratura no Estado. Além disso, dois anos depois, em 29 de outubro de 2003, fez história ao ser a primeira a participar de uma sessão do Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, integrada pelos 25 desembargadores mais antigos. A desembargadora afirma que, a partir do momento em que as mulheres tornaram-se juízas, a chegada ao Tribunal de Justiça será apenas uma consequência. "Não se registra nenhum caso de juíza que tenha sido rejeitada na promoção a desembargadora por ser mulher. Isso não existe", afirma ela. "O fato de termos ainda muito mais homens do que mulheres é um reflexo do passado, quando só havia juízes homens. Hoje, não há como impedir o acesso da mulher à magistratura e ao TJ", decreta.

Apesar de ter sido a segunda mulher a

Arquivo TJMG



A primeira desembargadora do TJMG foi Branca Rennó

ocupar o cargo de desembargadora, Márcia Milanez assegura que jamais sentiu algum tipo de preconceito no Tribunal. “É um ambiente de total confiança, respeito e consideração”, pondera. A desembargadora Vanessa Verdolim tem experiência semelhante. Em 1985, quando entrou para a magistratura, foi questionada sobre a possibilidade de enfrentar dificuldades por ser mulher. “Eu respondi que, como advogada, nunca tinha sentido essa diferença. Depois, na magistratura, também sempre fui muito respeitada. Hoje, vejo que realmente é a capacidade que conta”, relata.



Flávia Amorim foi a primeira colocada no cargo de Engenharia Civil do último concurso do TJMG

## Novo desafio

Um bom termômetro da chegada das mulheres à Justiça mineira são os concursos públicos para a magistratura. Dos 32 aprovados no último exame, realizado em 2007, 14 são mulheres – inclusive a primeira colocada, Marcela Maria Pereira Amaral. Tomando como referência os últimos seis concursos, dos 237 aprovados, 92 são juízas. A diferença ainda é evidente, mas os números também atestam a mudança em curso. Para quem chegou à carreira na década de 60, eles significam o resultado de uma ruptura. “Acho impressionante o fato de haver tantas juízas!”, espanta-se Raphaela Alves Costa. “As mulheres estão querendo conseguir o que antes ninguém deixava. Mas acho que agora elas não enfrentam tantos problemas e dificuldades quanto eu enfrentei”, avalia.

Se as mulheres já não encontram obstáculos para se tornarem magistradas, na opinião da desembargadora Márcia Milanez, um novo propósito se descortina no horizonte feminino. “Agora, o desafio é a mulher ocupar cargos de direção no Tribunal”, diz ela, que, por ser a primeira mulher na ordem de antiguidade, planeja se candidatar em breve.

## Servidoras são maioria

É fato que na carreira da magistratura as mulheres avançaram, mas ainda estão em número bem inferior. Contudo, em relação aos servidores públicos, elas já se igualaram aos homens – na verdade, até ultrapassaram. Hoje, o Poder Judiciário mineiro tem um total de 15.571 servidores na ativa, de acordo com a Gerência de Provimento e de Concessões aos Servidores (Gersev). Destes, 8.796 são mulheres – o que significa 56,5%. Do último concurso da 2ª Instância, em 2007, já tomaram posse 334 mulheres e 207 homens, em diversos cargos. Os números do exame da 1ª Instância, realizado em 2005, são ainda mais significativos: as mulheres somam 3.231 de 5.528 empossados – ou 58,4%.

Para a servidora Flávia Barbosa Correia de Amorim, dentre as razões que motivam as mulheres a ingressar no Poder Judiciário, estão estabilidade e independência financeira, além do fato de que elas, em muitos casos, trabalham ao mesmo tempo em que cuidam da casa e da família. “O serviço público tem uma carga horária que faz com que se possa tranqüilamente conciliar trabalho e tarefas domésticas e familiares”, afirma Flávia. Primeira colocada no cargo de engenharia civil no concurso da 2ª Instância, ela acredita, no entanto, que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ainda não foi alcançada. “A mulher está conquistando cada vez mais espaço no mercado de trabalho. Porém, infelizmente, muitas ainda sofrem discriminação em

determinados cargos, principalmente na área de construção civil”, afirma a engenheira.

## Em busca da harmonia

Quarenta e oito anos depois da posse de Raphaela Alves Costa como juíza, pode-se dizer que, agora, as mulheres não precisam mais pensar se serão ou não aceitas no Judiciário. Em um país em que apenas quatro dos 27 Tribunais de Justiça têm uma mulher na Presidência (Rondônia, Acre, Pará e Bahia), mas cuja mais alta

corte é presidida por uma mulher - a ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal - é patente que a luta feminina pela igualdade no tratamento profissional está no caminho certo. “A Justiça não tem gênero. A gente decide com o conhecimento, com a bagagem que tem. Não podemos ignorar o fato de que estamos em um universo que ainda é predominantemente masculino, mas acredito que isso já está em mudança”, afirma a desembargadora Márcia Milanez. A opinião é corroborada por Vanessa Verdolim: “Para o futuro, imagino que o número de desembargadores e desembargadoras tende a se igualar. Mas espero que não chegue a ultrapassar essa proporção de metade mulheres, metade homens. O ideal é que haja harmonia, em prol da própria sociedade”.

Guilherme Dardanhan



Vanessa Verdolim: “Realmente é a capacidade que conta”

Arquivo TJMG



Márcia Milanez jamais sentiu algum tipo de preconceito no Tribunal



Guilherme Dardanhan

Na primeira sessão de 2008 da 12ª Câmara Cível do TJ, foram destacados os resultados obtidos no último ano

## Tribunal de Justiça em dados estatísticos

Nanci Leite e Juliana Matos

Relatórios, planilhas e gráficos fazem parte da rotina de magistrados, que podem acompanhar, por meio de sistemas informatizados, os dados estatísticos e a movimentação processual das câmaras, cartórios e secretarias do TJMG. Ao realizar a primeira sessão de julgamento de 2008, o presidente da 12ª Câmara Cível, desembargador Nilo Lacerda, destacou os resultados obtidos no último ano. Dos 6.005 processos julgados pelo colegiado, 75,99% foram solucionados em um período inferior a três meses contados de sua distribuição. Ultrapassaram o período de seis meses apenas 6,26% dos processos.

O controle sistemático de dados já é uma realidade que possibilita ao Tribunal de Justiça atuar em sintonia com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Justiça. Segundo a Resolução nº 49, os órgãos do Poder Judiciário devem organizar, em sua estrutura, unidade administrativa competente para elaboração de estatística e plano de gestão estratégica do Tribunal. Além da facilidade de acesso, “os dados recolhidos do Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom) e do Sistema de Acompanhamento Processual da 2ª Instância (Siap) podem ser transformados em informações gerenciais e contribuir com a administração na formulação de políticas de ações”, afirma Regina Coeli Fiorini de Carvalho Pena, integrante da equipe da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag).

O recente relatório divulgado pela Seplag disponibilizou os números das estatísticas do ano de 2007, que confirmam os critérios de racionalização, do processo de modernização institucional. Estão disponíveis números de processos distribuídos, julgamentos realizados, decisões monocráticas, tempo de permanência dos processos nas câmaras cíveis e criminais, entre outros.

O Tribunal de Justiça recebeu, nesse ano, 202.940

processos, tendo julgado os 152.716 e encerrado os 94.398. Em relação ao acervo, existem 91.045 processos pendentes de julgamento no TJMG e, em outras situações, 117.517 processos.

A Coordenação de Distribuição do TJMG contabilizou 127.929 processos distribuídos em 2007 (feitos recursais e originários). O número de julgamentos realizados pelos órgãos colegiados superou o ano de 2006, chegando à marca de 134.492 julgamentos, contra 119.804 do ano anterior.

O tempo de permanência dos processos nas câmaras cíveis e criminais da Justiça de Segunda Instância, incluindo o prazo de permanência na Procuradoria-Geral de Justiça, foi de menos de dois meses para 42.652 processos - 17.420 foram julgados em menos de um mês.

A 12ª Câmara Cível publicou 88,1% dos acórdãos no prazo de 13 dias e 99,31% dos despachos lançados pelos relatores foram divulgados em prazo legal. O desembargador Nilo Lacerda reconheceu o esforço de sua equipe no intuito de agilizar a prestação jurisdicional: “Deixo o meu sincero agradecimento a todos os que contribuíram para atingirmos os números declinados, especialmente a cada um dos destacados funcionários de nossos gabinetes e do cartório desta 12ª Câmara Cível, que não medem esforços para alcançar as metas traçadas, contribuindo para uma melhor e ágil prestação jurisdicional”.

Presente à sessão da 12ª Câmara, o advogado Ronaldo Brêtas, representante da Ordem dos Advogados (OAB), enfatizou a competência da Justiça mineira. “Basta que haja, por parte do Judiciário, apenas preocupação com a celeridade e com o exame dos recursos que são colocados à apreciação da Câmara e o resultado é este aqui de natureza exemplar”.



# Modernização e autonomia

Goretti Paiva

À frente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, no cargo de 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desde o último dia 7 de março, o desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro tem muitos desafios pela frente, entre eles, o de consolidar e ampliar projetos na área de desenvolvimento e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário mineiro.

Reynaldo Ximenes atuou nas comarcas de Varginha, Machado, Barbacena e Belo Horizonte. Foi presidente do

extinto Tribunal de Alçada, vice-corregedor-geral de Justiça, presidente da Amagis e vice-presidente da AMB, tendo também atuado no TRE de Minas.

Dedicado à função judicante, ele se considera um homem caseiro, que gosta de estar entre os familiares e amigos. Nesta entrevista, você conhece um pouco sobre as principais idéias desse mineiro de Elói Mendes. Atuará ao seu lado, como superintendente adjunto da Ejef, o desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca.

**TJMG Informativo – Na sua opinião, quais foram as mudanças de maior destaque na área jurídica, nas últimas décadas?**

**RX:** Tudo se modernizou no país, só o Judiciário continua sob o jugo da ditadura, desde o pacote de abril de 77, que introduziu a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), o senador biônico, entre outras excrescências. O Estatuto da Magistratura, após quase 20 anos da Constituição Federal, ainda está no Supremo (Tribunal Federal) que não enviou o projeto ao Congresso. O estranho é que o Supremo acusa o Congresso de não produzir legislação complementar, como no caso da fidelidade partidária, mas, em relação à sua própria competência, nos assuntos internos do Judiciário, o STF se omite. Foi instalado o CNJ que faz o controle externo do Judiciário e não temos um controle interno.

**TJMG Informativo – Quais as principais linhas de ação para a Ejef durante a sua gestão?**

**RX:** Todos reconhecemos a importância da Ejef, um sonho de homenagem ao desembargador e ministro Sálvio de Figueiredo. Quero ali acrescentar o que puder conforme a minha visão, mesmo tendo consciência de minhas limitações pessoais e instrumentais. A Ejef deve também servir de veículo para “gritar” no que se refere à restauração do Judiciário. As normas vêm lá de cima, dos órgãos de cúpula, já formatadas. Além de aperfeiçoamento e desenvolvimento de magistrados e servidores, a Escola deve ainda lutar pela implementação de medidas modernizantes, criar mecanismos internos de discussão para uma atuação mais participativa, sem desperdícios de gastos públicos em áreas que não sejam relevantes. Reforma do Judiciário, democratização do Poder, Escola da Magistratura vão estar em debate na Ejef. A Escola Nacional da



Guilherme Dardanhan

Reynaldo Ximenes Carneiro é o novo 2º vice-presidente do TJMG

Magistratura (ENM) pode trazer orientações, mas não a ponto de quebrar a autonomia da Ejef. Não podemos agir pautados pelo CNJ ou pela ENM – todas as grandes questões vêm prontas. Queremos assimilar o que for bom, ao mesmo tempo ativar o tônus político da Escola de Minas, pois o juiz tem uma grande experiência de vida e não pode ficar preso em seus gabinetes.

**TJMG Informativo – Como garantir o desenvolvimento e aperfeiçoamento de magistrados e servidores em um Estado com a extensão de Minas?**

**RX:** Por meio dos Núcleos Regionais e ampliação de recursos como as videoconferências. Manter intercâmbio com outras escolas, como a do Legislativo, a do Ministério Público, por meio de convênios e parcerias. E até mesmo com universidades estrangeiras para cursos rápidos sem que os magistrados se afastem em demasia de suas funções. Para os servidores, devemos buscar a efetiva integração dos que vieram do Tribunal de Alçada. Quero ouvir os servidores, que eles me tragam subsídios para que possamos modernizar ainda mais a Escola, que esteve tão bem administrada pelo desembargador Antônio Hélio.

**TJMG Informativo – Quanto ao Modelo de Gestão Comparilhada, implantado no TJMG, qual a opinião do sr.?**

**RX:** Sou de acordo, pois tudo o que vem para melhorar é importante. Agora, é importante que o modelo seja definido em termos do Regimento Interno e das legislações, deixando a fase dos organogramas para que o Tribunal realmente trabalhe como um órgão colegiado. Nesse sentido, acredito que o Estatuto da Magistratura vai dar o direcionamento para as demais leis.

# Juízes brasileiros têm sobrecarga de trabalho

Em 2006, havia um acervo de 3.846 processos, em média, para cada juiz da 1ª Instância

Maria Cláudia Barreto

O Judiciário no Brasil tem uma grande sobrecarga de trabalho. A conclusão é do relatório "Brasil, fazendo com que a Justiça conte", resultado de um estudo encomendado pelo Banco Mundial (Bird) e apresentado ao Supremo Tribunal Federal em dezembro.

Segundo o relatório, o número de ações apreciadas pelos juízes brasileiros está bem acima dos padrões internacionais. Em 2002, cada juiz federal, trabalhista ou estadual brasileiro apreciou 1.357 ações. Na Argentina, o número cai para 875 processos; na França, para 477; na Venezuela, para 377.

O número de juízes em relação à população brasileira, por outro lado, é muito pequeno. São apenas 5,3 juízes para cada 100 mil habitantes. Os dados contrastam com os números europeus. Na França, há 13 juízes para cada 100 mil habitantes; na Itália, 20 e, na Alemanha, o número chega a 23. Mesmo comparando com países vizinhos, verifica-se que, na Argentina, por exemplo, há 10,9 juízes para o mesmo número de habitantes.

O estudo do Bird concluiu que, dada a expansão de direitos vivida no Brasil a partir da Constituição de 1988, a carga de trabalho do Judiciário aumentou substancialmente. Os juízes não conseguiram acompanhar o crescimento da demanda e o resultado foi uma demora cada vez maior na solução dos processos.

As estatísticas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais corroboram esses dados. Em 1994, havia 537 juízes na 1ª Instância, com um total de 507.870 processos no acervo. Em 2006, apesar de o número de juízes ter aumentado para 835, o número de processos no acervo chegou a 3.211.518. Ou seja, enquanto o número de juízes aumentou 55,5%, o número de processos teve um aumento de 532%.

Na Justiça Estadual de Minas, há 4,9 juízes para cada 100 mil habitantes. Em 2006, havia um acervo de 3.846 processos, em média, para cada juiz de 1ª Instância. Cada juiz julgou uma média de 1.646 processos naquele ano. São números elevados, considerando-se que, segundo dados de 2002, na França há 477 ações para cada juiz. Na Itália, são 700 ações por juiz e na Alemanha, 678.

Apesar de verificado o acúmulo de processos, o relatório do Bird concluiu que o Judiciário brasileiro teve uma resposta extraordinária às novas demandas, principalmente

Guilherme Dardanhan



no nível estadual. O número de juízes e de varas cresceu constantemente nas últimas décadas, segundo o estudo. Entretanto, ainda há uma contínua falta de capacidade de acompanhar a demanda.

Dentre as soluções sugeridas para os entraves do Judiciário, o relatório recomenda que haja alterações na legislação processual, considerada "complexa demais e excessivamente permissiva quanto a práticas dilatórias".

O estudo ressalta ainda a atuação dos Juizados especiais, inclusive os itinerantes, e o incentivo à conciliação, como ações que contribuem para a expansão do acesso ao Judiciário e a melhoria dos serviços prestados aos usuários. A informatização do Judiciário também foi destacada como um importante recurso para a agilização dos julgamentos.

O relatório do Bird está disponível no site [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Ao selecionar o idioma português, pode-se acessar o [link](#) correspondente

# A função de mostrar o caminho

Gustavo Gomes

Quase 61 mil atendimentos em 2007, o que dá uma média de 254 pessoas atendidas por dia. Essa foi a demanda do Serviço de Atendimento ao Cidadão (Seac), setor criado pela Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) com o objetivo de informar, orientar e encaminhar o cidadão de acordo com suas necessidades. Com mais de seis anos de existência, o Seac é coordenado por Olinda Batista Teixeira e conta com dez orientadoras para atendimento ao público.

Para 2008, o Seac tem projetos para ampliar a capacidade de atendimento do setor, tendo em vista o aumento da demanda. Segundo o diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte, Luiz Carlos Corrêa de Azevedo Júnior, o objetivo é dar continuidade ao trabalho. "Vamos buscar a melhoria do serviço que vai além da atividade jurisdicional", enfatiza. A orientadora Waniêde Souza Pacheco entende que é necessário aumentar a produtividade do setor. "Temos muito

interesse em ampliar o bom atendimento do Seac, pois a procura é grande, tanto por cidadãos da capital quanto de outras cidades", afirma ela.

O público atendido pelo setor vai desde pessoas carentes de informações processuais até moradores de rua. Segundo Waniêde, o Seac funciona como um setor de triagem. "É feito um acolhimento do cidadão, que relata o motivo pelo qual veio ao Fórum. A partir daí, damos as orientações necessárias para que ele vá ao setor ou instituição adequada para resolver seu problema. É como se fosse um Núcleo de Desembaraço", resume, com bom humor, a orientadora.

O Seac também funciona como um setor de Perdidos e Achados. Objetos encontrados nas dependências do Fórum são encaminhados ao setor para devolução. "Caso os donos não apareçam em um ano, os objetos podem ser doados às pessoas carentes que buscam atendimento no Seac, ou remetidos para instituições de caridade", explica Maria das Graças de Oliveira, mais conhecida como Gracinha e também orientadora. No caso de documentos perdidos, o procedimento é diferente. Carteiras de identidade, por exemplo, são remetidas ao Instituto de Identificação. "Quando há um telefone de contato, ligamos para a pessoa vir buscar", completa Gracinha.

Há várias formas de ser atendido pelo Seac: por telefone (3330-2123/ 2829), pessoalmente, por e-mail (seac@tjmg.gov.br) e correspondência (Av. Augusto de Lima, 1549, sala AL 130 – Cep 30190-002). Os usuários são orientados e encaminhados aos mais diversos setores do Fórum Lafayette ou para outras instituições como Defensoria Pública e outros órgãos do Poder Público.

Guilherme Dardanhan



O Seac atende, em média, 254 pessoas por dia

## CULTURA

### Poesia

O Espaço Cultural Fórum Lafayette, dentro do Talento Forense Especial, promove, no período de 10 a 14 de março, a I Semana da Poesia.

O evento possui o objetivo de valorizar a poesia e oferecer oportunidade para magistrados e servidores apresentarem e compartilharem seus poemas com outras pessoas. A projeção dos poemas será em telão, no hall do 1º andar do Fórum - entrada pela Avenida Augusto de Lima, 1549.

### Contos

Ao completar 10 anos de realização no Tribunal de Justiça, o projeto *Conto Sete em Ponto* fecha um ciclo. As organizadoras pretendem, a partir de agora, levar o projeto a outro espaço da capital, para que ele tenha mais projeção junto à comunidade de Belo Horizonte. Informações sobre o *Conto Sete em Ponto* podem ser obtidas pelo e-mail [aletria@aletria.com.br](mailto:aletria@aletria.com.br) e pelo telefone 3296-7903.

Para encerrar as apresentações no TJMG, o projeto realiza, no dia 27 de março, o espetáculo *Histórias de Mulheres em Guimarães Rosa*, com as contadoras de histórias Dôra Guimarães e Elisa Almeida. Os contos serão às 19h, no auditório do Anexo I. Os convites podem ser retirados, a partir das 12h30 do dia 18 de março, na Ascom. Informações pelos telefones 3237-6551, 3289-2520 e 3330-2123.

# Cineclube TJ revisa o faroeste

Daniel Oliveira

“Este é o Oeste, senhor. Quando a lenda se torna fato, imprima-se a lenda”. Essa é a conclusão do jornalista que descobre a verdade sobre *O homem que matou o facínora* nesse filme de John Ford de 1962.

Nele, Ransom Stoddard (James Stewart) é o advogado que se elege senador, impulsionado pela fama de ter matado o temido bandoleiro Liberty Valance, “o homem mais durão ao sul de Picketwire”. Anos mais tarde, ele volta à cidade onde o confronto aconteceu, para o enterro do amigo Tom Doniphon (John Wayne), e decide contar ao jornalista que o acompanha a verdade sobre a morte de Valance.

O personagem de James Stewart era um advogado recém-formado quando chegou a Shinbone, no velho oeste. Lá, ele se deparou com a pobreza, o analfabetismo e, principalmente, com a terra sem lei do “olho por olho, dente por dente”, aterrorizada por Liberty



O ator Lee Marvin é Liberty Valance, o facínora do título nacional

Valance. Ao mesmo tempo em que é familiarizado com esse mundo, ajudado pelo rancheiro vivido por Wayne, Ransom ensina a população local a ler e escrever e tenta encontrar meios legais de levar Valance à justiça.

A revisão feita por Ransom ao contar essa história é a realizada pelo próprio cineasta John Ford. Em *O homem que matou o facínora* (tradução tendenciosa do original *O homem que matou Liberty Valance*), o mestre dos faroestes questiona o próprio universo de seus filmes ao opor a violência e a justiça pelas próprias mãos

de John Wayne às leis e civilização trazidas por James Stewart.

Ford não ousa responder qual dos dois é melhor. Mas o faroeste, pertencente à fase revisionista do diretor (que ainda conta com outra obra-prima, *Rastros de ódio*), propõe uma questão pertinente e muito atual. Filmes recentes, como *Tropa de elite* e *Onde os fracos não*

*têm vez*, continuam colocando em pauta essa relação conflituosa, repugnante e atrativa, entre homem e violência como solução para a criminalidade.

*O homem que matou o facínora* será exibido no Cineclube TJ no próximo dia 26 de março, quarta-feira. A sessão será às 19h, no auditório da Unidade Francisco Sales - av. Francisco Sales, 1.446, térreo - com comentários do desembargador Sérgio Braga. Curador da mostra, ele faz apontamentos que relacionam o conteúdo do filme ao universo do Direito e da Justiça.

Idalmo Constantino

## CLICK DO LEITOR



A praia da Costa do Santinho, em Florianópolis (SC), muito freqüentada pelos argentinos, paraguaios e uruguaios, além de sua beleza com águas bem claras, é também agraciada porque em seu entorno está o Morro das Aranhas, reserva ecológica da fauna e flora locais, pertencente à Mata Atlântica. Lá, podemos encontrar a rara beleza da Orquídea da Praia (*Epidendrum fulgens*) que se desenvolve principalmente nas áreas da vegetação de restinga. Florescem em maior número nos meses de novembro a janeiro. Vale a pena visitar.

Idalmo Constantino - Dearhu

Para publicar a sua foto no Click do Leitor envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.gov.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.gov.br).